



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

**CONVÊNIO Nº 2021TR1620, QUE
CELEBRAM ENTRE SI A FESPORTE –
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE
E O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.**

PROCESSO: FESPORTE 1090/2021.

A **FESPORTE – Fundação Catarinense de Esporte**, inscrita no CNPJ sob o nº 73.360.505/0001-30, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada pelo seu **Presidente**, Sr. **KELVIN NUNES SOARES**, inscrito no CPF sob o nº 456.601.740-00, Carteira de Identidade nº 1014931801 expedida pela SSP/RS, com domicílio necessário na Rua Comandante José Ricardo Nunes, nº 79, Capoeiras, Florianópolis/SC e o **Município de Arroio Trinta**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, doravante denominada **CONVENENTE**, neste ato representado por seu **Prefeito Municipal**, Sr. **ALCIDIR FELCHILCHER**, inscrito no CPF sob o nº 518.040.009-06, Carteira de Identidade nº 1518805, residente na Rua XV de novembro, 60, Bairro Centro, Arroio Trinta/SC, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO nº 2021TR1620**, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e nas suas alterações posteriores, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei nº 16.292 de 20 de dezembro de 2013, no Decreto nº 127 de 30 de março de 2011 e na Instrução Normativa TC – 14, de 22 de junho de 2012, visando à transferência de recursos financeiros de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO E DA FINALIDADE

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Convênio visa à transferência de recursos financeiros para atendimento à solicitação do **Município de Arroio Trinta**, cujo objeto é “**Construção de banheiro e vestiário anexo a quadra esportiva com a finalidade de melhorar a infraestrutura esportiva, inseridas ou não no ambiente escolar no Município de Arroio Trinta**”, conforme Proposta de Trabalho apresentada pelo **Conveniente** e aprovada pelo **Concedente**, doravante denominada de Plano de Trabalho (Anexo I), a qual integra este Termo de Convênio independente de sua transcrição.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

DOS RECURSOS

CLÁUSULA SEGUNDA – Serão destinados recursos financeiros do **Concedente** para a execução do objeto deste Convênio no montante de **R\$ 82.141,60 (Oitenta e dois mil, cento e quarenta e um reais e sessenta centavos)**, mais **R\$ 27.380,53 (Vinte e sete mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos)** do **Conveniente** como contrapartida

CLÁUSULA TERCEIRA – Os recursos serão destinados pelo **CONCEDENTE** na seguinte **classificação orçamentária: Fundação Catarinense de Esporte – Unidade Gestora 410010; Fonte 0.1.00; Subação 14868; Elemento de Despesa 44.40.41.01.**

SUBCLÁUSULA ÚNICA – O Pré-empenho nº 2021PE000382 foi realizado em 26.10.21

CLÁUSULA QUARTA – Programa Transferência e empenhamento da despesa:

Programa Transferência	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa	Nota de Empenho		
			Número	Data	Valor(es) em R\$
2021010429	0.1.00	44.40.41.01	20210NE000769	26.10.2021	82.141,60

DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

CLÁUSULA QUINTA – O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. providenciar a publicação do Convênio, em extrato, no Diário Oficial do Estado como condição de validade e eficácia;
- II. transferir os recursos financeiros para a execução do Convênio, conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;
- III. acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio por meio de fotos e verificação in loco registrando todas as ações no Módulo de Transferências do SIGEF; remetendo, se for o caso, o processo à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, que prestará auxílio nos termos do § 2º do art. 60 do Decreto Estadual nº 127/2011;
- IV. emitir Laudo Técnico de Supervisão assinado por profissional habilitado, a cada medição, bem como incluir fotos da obra executada no Módulo de Transferências do SIGEF;
- V. analisar as prestações de contas parciais e final no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega das contas conforme norma aplicável;
- VI. realizar visitas *in loco* para verificar se a finalidade pactuada foi atingida, e adotar demais providências administrativas no caso de o conveniente não enviar as respostas ao(s) questionário(s) (Anexo II);



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

- VII. avaliar e conferir a veracidade das respostas fornecidas pelo conveniente no(s) questionário(s) (Anexo II);
- VIII. comunicar à Diretoria de Auditoria Geral quando não forem respondidos os questionários pelo conveniente e/ou os casos de não atendimento da finalidade pactuada;
- IX. comunicar ao conveniente e ao interveniente, se houver, quando constatada irregularidade de ordem técnica ou legal e suspender a transferência de recursos até a regularização;
- X. prestar orientação técnica ao conveniente; e
- XI. outras obrigações decorrentes do Decreto nº 127/11.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

CLÁUSULA SEXTA – O CONVENIENTE se obriga a:

- I. realizar somente as despesas previstas no Plano de Trabalho (Anexo I) e durante o período de vigência do Convênio;
- II. utilizar os recursos nas finalidades pactuadas;
- III. regularizar o processo de abertura e ativação da conta corrente junto ao Banco do Brasil mediante apresentação de:
 - a. cópia do Convênio firmado pelas partes;
 - b. documentos exigidos pelo Banco do Brasil para abertura e ativação da conta corrente, conforme normas do banco;
 - c. autorização de aplicação dos recursos financeiros em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou, operação de mercado aberto, lastreados em títulos da dívida pública federal; e
 - d. autorização de fornecimento de extratos e transmissão de arquivos, ao Governo do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado, contendo informações sobre a movimentação financeira da conta corrente para fins de fiscalização, análise dos dados e disponibilização das informações no Portal SCtransferências.
- IV. depositar e movimentar todos os recursos destinados ao Convênio em conta bancária única e específica, por meio de transferência eletrônica (TED/DOC) e de transação eletrônica de pagamento de fatura de água, energia elétrica, telefone, gás, e de guias com encargos tributários incidentes sobre obras e serviços;
- V. não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- VI. executar as despesas observando as disposições previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sendo que para a aquisição de bens e serviços comuns será obrigatório o emprego da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica. A inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser justificada pela autoridade competente;
- VII. disponibilizar ao público o extrato do Convênio contendo o objeto, a finalidade, os valores, as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, em sua sede, no local da execução do objeto e em seu sítio oficial na internet, se houver;



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

- VIII. em caso de obras, colocar em local visível placas, conforme padrão definido no manual de identidade visual do Governo de Santa Catarina disponibilizado no sítio <http://www.sc.gov.br>;
- IX. em caso de aquisição de bens permanentes, identificá-los por meio de etiquetas, adesivos ou placas, contendo o número do Convênio e menção à participação do Estado de Santa Catarina na execução do objeto conveniado;
- X. solicitar, quando necessário, alterações por meio de aditivo ou apostilamento, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término da vigência do instrumento, com a devida justificativa;
- XI. **realizar aplicação financeira dos recursos recebidos, enquanto não empregados na sua finalidade**, conforme previsto na Cláusula Décima;
- XII. prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida na forma estabelecida pelo Capítulo XIV do Decreto nº 127/2011;
- XIII. enviar as respostas do questionário de avaliação do cumprimento da finalidade do Convênio (Anexo II) no prazo de apresentação da prestação de contas final;
- XIV. manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, identificada com o número do Convênio, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da data da decisão definitiva do Tribunal de Contas do Estado nos processos de prestação ou tomada de contas do ordenador de despesa do concedente, relativa ao exercício da concessão.
- XV. incluir regularmente no Módulo de Transferências do SIGEF as informações exigidas pelo Decreto nº 127/2011;
- XVI. manter atualizadas as informações do seu cadastro;
- XVII. garantir o livre acesso, a qualquer tempo, de servidores do concedente e dos órgãos de controle interno e externo quando da realização de fiscalização ou de auditoria, aos registros de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Convênio;
- XVIII. arcar com quaisquer ônus de natureza, fiscal, trabalhista, previdenciária ou social decorrentes da execução deste Convênio;
- XIX. colaborar, sob a supervisão da FESPORTE, no sentido de promover a inventariação de todas as instalações esportivas de seu território, públicas ou privadas, bem como responder ao questionário de pesquisa em parceria com o Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva, que trata da coleta de dados de gestão e governança do Município, nos termos do já assinado Formulário I (Termo de Compromisso).

DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

CLÁUSULA SÉTIMA – Os recursos de que trata a CLÁUSULA SEGUNDA serão transferidos à conta específica do Convênio 01 (uma) parcela, na forma estabelecida no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA OITAVA – É vedado ao concedente repassar recursos fora do prazo de vigência, bem como nas hipóteses de rescisão ou extinção do Convênio.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

CLÁUSULA NONA – A liberação das parcelas do Convênio será suspensa em caso de descumprimento pelo conveniente de qualquer cláusula do Convênio e especialmente quando constatado (a):

- I. irregularidade na aplicação dos recursos;
- II. atrasos injustificados no cumprimento das etapas programadas;
- III. desvio de finalidade e do objeto do Convênio;
- IV. ausência de informação dos pagamentos relativos à execução do Convênio, conforme o Art. 56 do Decreto nº 127/11;
- V. qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma da legislação aplicável à matéria.

DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA – Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, deverão ser obrigatoriamente aplicados em Fundo de Aplicação de Curto Prazo ou operação de mercado aberto, lastreados em títulos da dívida pública federal, com rentabilidade diária, aplicação e resgate automático.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As aplicações deverão ser direcionadas para os Fundos de Investimento classificados com Grau de Risco “Muito Baixo”.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Os rendimentos da aplicação financeira deverão ser devolvidos ou aplicados no objeto deste Convênio e estão sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O Convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado ao conveniente:

- I. alterar o objeto do Convênio;
- II. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- III. o pagamento, inclusive com os recursos da contrapartida, de gratificação, serviços de consultoria, de assistência técnica e congêneres, a servidor ou empregado que pertença aos quadros de pessoal do concedente, do conveniente e do interveniente;
- IV. utilizar os recursos em desacordo com o previsto no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;
- V. realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência do Convênio;

5



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

- VI. o pagamento a fornecedor em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento;
- VII. realizar despesas com tarifas bancárias, multas, juros, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- VIII. movimentar a conta corrente por meio de cheques, utilizar o cartão magnético nas funções crédito ou débito, e efetuar saques;
- IX. realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- X. o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo ou pensionista do conveniente ou do interveniente com os recursos do Convênio, quando o conveniente for ente da federação;
- XI. repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Não constitui alteração do objeto a ampliação ou redução dos quantitativos previstos no Plano de Trabalho, desde que não prejudique a funcionalidade do objeto e seja autorizado pelo concedente.

DOS BENS REMANESCENTES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Extinto o Convênio pela sua execução, aos bens remanescentes, será concedida permissão de uso, devendo os mesmos serem revertidos ao concedente quando solicitado.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Nas demais hipóteses de extinção, os bens remanescentes deverão ser devolvidos ao concedente no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação pelo concedente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Os bens remanescentes que não sejam necessários à continuidade do programa ou da ação governamental objeto do Convênio deverão ser entregues ao concedente no prazo de apresentação da prestação de contas final.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Nas hipóteses de doação ou permissão de uso dos bens remanescentes, estes deverão ser imediatamente restituídos quando não mais necessários à continuidade do programa ou da ação governamental.

SUBCLÁUSULA QUARTA – Nas hipóteses de rescisão, extinção, ou de qualquer forma de suspensão das atividades do conveniente, os bens remanescentes deverão ser imediatamente restituídos ao concedente.

SUBCLÁUSULA QUINTA – O conveniente obriga-se a informar em sua prestação de contas o endereço onde os bens deverão ser encontrados para verificação e fiscalização pelo concedente e pelos órgãos de controle interno e externo.

DA CONTRAPARTIDA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O conveniente compromete-se a aportar na conta bancária única e específica do Convênio a quantia de **R\$ 27.380,53 (Vinte e sete mil, trezentos e oitenta**

6



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS**

reais e cinquenta e três centavos) a título de contrapartida financeira, nos prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A modalidade da contrapartida não poderá ser alterada após a celebração do Convênio.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – O conveniente poderá aportar antecipadamente o valor integral da contrapartida para a execução do objeto, em caso de atraso no repasse dos recursos pelo concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Se o conveniente deixar de comprovar o aporte da contrapartida financeira, o Estado não realizará o(s) repasse(s) previsto(s) no cronograma de desembolso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A aplicação da contrapartida deverá ser comprovada no mesmo processo de prestação de contas dos recursos transferidos pelo Estado e se subordinará às normas do Decreto nº 127/11.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O Conveniente fica obrigado a informar no Módulo de Transferências do SIGEF as despesas realizadas, na forma do art. 56 do Decreto nº 127/11, e a apresentar a prestação de contas na forma dos artigos 63 a 64 do Decreto nº 127/11.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Fica vedado ao conveniente não pertencente à administração pública registrar no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) as despesas com folha de pagamento contendo identificação dos empregados (indicação de nome ou CPF); o cadastro dessas despesas poderá conter o valor global pago a título de despesas com folha de pagamento, ou ainda, os valores pagos a cada empregado sem indicação de nome ou CPF, sendo de sua exclusiva responsabilidade eventual dano causado pela violação da intimidade e da vida privada de seus empregados, caso as informações inseridas no SIGEF sejam disponibilizadas ao público em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – O conveniente fica obrigado a apresentar as prestações de contas parciais e a prestação de contas final, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do Convênio, conforme artigo 65 do Decreto nº 127/11.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – O conveniente deverá enviar as respostas do questionário de avaliação do cumprimento da finalidade do Convênio (Anexo II) no prazo de apresentação da prestação de contas final.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS**

DA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – O concedente deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio de forma a verificar a regularidade dos atos praticados e a execução do objeto, conforme o Plano de Trabalho.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – O concedente e o interveniente, se houver, acompanhará por meio de fotos e verificação *in loco* a execução física do objeto. Essa(s) atividade(s) será/serão executadas pelos servidores nomeados pela Fundação Catarinense de Esporte – Fesporte.

CLÁUSULA NONA – O concedente deverá registrar no SIGEF o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do convênio.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – O concedente deverá emitir Laudo Técnico de Supervisão, no caso de obras, a cada medição, assinado por profissional habilitado, com registro no órgão fiscalizador da profissão, bem como inserir no SIGEF fotos da obra após a emissão do referido laudo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Os recursos liberados por meio deste Convênio estarão sujeitos a procedimentos de fiscalização *in loco* por parte do concedente, pela Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Este Convênio poderá sofrer alterações por meio de termo aditivo ou, nas hipóteses previstas no art. 43 do Decreto nº 127/11, por apostilamento.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – As alterações deverão ser propostas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que anteceder o término da vigência do Convênio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – As alterações de valor estão sujeitas aos limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como à autorização pela Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC.

DA ASSUNÇÃO DO OBJETO PELO CONCEDENTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Ocorrendo a paralisação da execução do objeto ou outro fato relevante a critério do concedente, este poderá assumir ou transferir a responsabilidade por sua execução, de modo a evitar sua descontinuidade, sem prejuízo das penalidades a serem imputadas ao conveniente pelo descumprimento parcial ou total deste Convênio.

8



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS**

DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS E DA PENALIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras, não aplicados no objeto pactuado, deverão ser devolvidos pelo conveniente. A comprovação da restituição deverá ser feita pelo conveniente ao concedente.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A devolução dos valores será realizada observando-se a proporcionalidade entre os recursos transferidos e a contrapartida, independentemente da época em que foram aportados pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – O conveniente deverá restituir ao concedente, atualizado monetariamente desde a data do recebimento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a data do inadimplemento:

- I. o valor integral dos recursos transferidos, quando:
 - a. não executado o objeto conveniado;
 - b. não atingida sua finalidade; ou
 - c. não apresentada a prestação de contas;
- II. o recurso, quando:
 - a. utilizado em desacordo com o previsto no convênio;
 - b. apurada e constatada irregularidade; ou
 - c. não com
 - d. provada sua regular aplicação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – Os valores deverão ser devolvidos na forma de Depósito Identificado, via sítio eletrônico da Secretaria da Fazenda Estadual.

DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS E

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – A omissão no dever de prestar contas sujeita o conveniente ao procedimento de Tomada de Contas Especial para ressarcimento dos valores repassados e julgamento pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – Irregularidade na prestação de contas que importe dano ao erário sujeita o conveniente a procedimento administrativo próprio para ressarcimento dos valores repassados e a julgamento pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS**

DA DENÚNCIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – O presente Convênio poderá ser denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, por qualquer dos partícipes, o que implicará em sua extinção antecipada, não os eximindo das responsabilidades e das obrigações originadas no período de vigência deste Convênio.

DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – A rescisão deste Convênio ocorrerá quando constatado, a qualquer tempo:

I - o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas;

II - falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e

III - circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – Quando da extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – Este Convênio, bem como seus eventuais Termos Aditivos serão publicados em extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – Este Convênio terá início de vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e fim de vigência em 30 de dezembro de 2022.

10



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E CONVÊNIOS

DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – As questões decorrentes da execução deste Convênio, não dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca da Capital – Florianópolis.

E, por estarem as partes de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus efeitos legais.

Florianópolis, 03 de novembro de 2021.

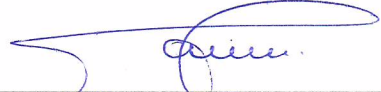
KELVIN NUNES SOARES
PRESIDENTE – FESPORTE


ALCIDES FELCHILCHER
PREFEITO DE ARROIO TRINTA

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:


Michel Junior Serighelli
CPF: 000.077.349-21
Responsável UMC
Arroio Trinta - SC


NOME: Murrel Ferreira do Silva Corrêa
CPF: 007.874.639-65



Ano Base: 2021

Proponente 82.826.462/0001-27 MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA
Representante Proponente
Transferência 2021TR001620
Programa Transferência 2021010429 Infraestrutura Esportiva Catarinense - 2ª Edição
Unidade Gestora 410010 Fundação Catarinense de Esporte
Gestão 00001 Gestão Geral
Responsável Concedente
Instrumento Transferência Convênio
Agência Banco do Brasil 05322-8
Data Início Execução 09/09/2021 Data Término Execução 30/12/2022
Data Início Evento Data Término Evento
Situação Em Publicação
Data Situação 26/10/2021

Descrição

Título Construção de Banheiros e Vestiários
Objeto/Finalidade Construção de banheiro e vestiário anexo a quadra esportiva com a finalidade de melhorar a infraestrutura esportiva, inseridas ou não no ambiente escolar no Município de Arroio Trinta
Objetivo/Resultados Esperados Assegurar e facilitar o acesso da coletividade nas atividades esportivas e de lazer; melhorar a infraestrutura para a prática esportiva; propiciar espaços para a difusão do esporte com estruturas adequadas e seguras.
Descrição da Realidade O Município de Arroio Trinta possui uma quadra esportiva com grama sintética, que não possui estrutura adequada, especialmente banheiros e vestiários, para nossos alunos que com frequência utilizam a quadra para aulas de educação física, além de outras atividades esportivas, como olimpíadas escolas, treinamentos entre outros. Utilizam a quadra de grama sintética, alunos de todas as escolas Estaduais e Municipais: (Escola de Educação Básica Governador Bornhausen, APAE, Centro Municipal de Educação Infantil - PROFABI e Escola Municipal Professora Jacy Falchetti - PROJAF), de todas as turmas todavia, sem ter um local adequado para as práticas das referidas atividades, por não possuir banheiros e vestiários.
Público Alvo População em geral em especial Alunos de todas as Escolas do Município
Capacidade Técnica O Município dispõe de pessoal com capacidade administrativa e técnica para execução do objeto e a obra será acompanhada por engenheiro/arquiteto do Município.
Local/Região Execução Arroio Trinta - centro

Interveniente(s)

CNPJ
Nome
Natureza Jurídica
Telefone
E-mail
CPF Responsável
Nome Responsável
Obrigações

Recursos

Valor Global (R\$) 109.522,13
Contrapartida (%) 25,00
Valor Repasse (R\$) 82.141,60
Valor Contrapartida (R\$) 27.380,53
Valor Contrapartida Financeira (R\$) 27.380,53
Valor Contrapartida Bens e Serviços (R\$) 0,00



Ano Base: 2021

Demais Recursos

Origem
Identificação
Nome Parceiro
Recurso
Valor (R\$)
Materiais/Bens/Serviços
Aplicação do Recurso

Total Demais Recursos (R\$)

Metas

Descrição CONSTRUÇÃO BANHEIRO E VESTIÁRIO
Data Início 09/09/2021 Data Fim 30/12/2022
Forma de Execução EMPRESA CONTRATADA ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO
Parâmetros de Aferição BOLETIM DE MEDIÇÃO
Etapas ASSINATURA CONVÊNIO
EXECUÇÃO DO OBJETO
CADASTRAR PROPOSTA
PRESTAÇÃO DE CONTAS
PROCESSO LICITATÓRIO

Despesas

Material/Serviço/Obra	Recurso	Unidade Medida	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
CONSTRUÇÃO BANHEIRO E VESTIÁRIO	Financeiro	UN	1,00	109.522,13	109.522,13

Recurso	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Total Financeiro (R\$)	0,00	109.522,13	109.522,13
Total Contrapartida Bens/Serviços (R\$)	0,00	0,00	0,00
Total (R\$)	0,00	109.522,13	109.522,13

Beneficiados

CPF
Nome
Endereço
Município
UF
Telefone



Ano Base: 2021

Cronograma**Total Contrapartida Financeira** 27.380,53

A contrapartida deverá ser aportada na conta corrente da transferência antes de cada repasse do concedente e de forma proporcional às parcelas previstas.

Despesa Despesas de Capital			
Ano 2021			
Mês	Repasse	Contrapartida	
Janeiro	0,00	0,00	
Fevereiro	0,00	0,00	
Março	0,00	0,00	
Abril	0,00	0,00	
Maio	0,00	0,00	
Junho	0,00	0,00	
Julho	0,00	0,00	
Agosto	0,00	0,00	
Setembro	0,00	0,00	
Outubro	82.141,60	27.380,53	
Novembro	0,00	0,00	
Dezembro	0,00	0,00	
Total	82.141,60	27.380,53	
Total Despesas Correntes (R\$)		0,00	0,00
Total Despesas de Capital (R\$)		82.141,60	27.380,53
Total Cronograma (R\$)		82.141,60	27.380,53



Ano Base: 2021

Manifestação Proponente

Na qualidade de representante legal do proponente, peço deferimento ao que ora é solicitado para desenvolver este Plano de Trabalho.

Local e Data_____
Nome_____
Assinatura**Manifestação do Concedente**

Deferido

Local e Data_____
Assinatura

Indeferido

Local e Data_____
Assinatura



Questionário 003566

Nome construção de banheiros

Classificação Transferência 00944 Construção de banheiros

Questão	Descrição
000015	Esta construção/ampliação foi planejada considerando o espaço físico? Justifique.
000058	De que forma foi feito o gerenciamento das etapas/ações da construção? Descreva.
003099	1 - Apresente a ação feita considerando: a) Tamanho da área reformada; b) Tamanho da área construída; c) ART do Projeto; d) ART de Construção;
003287	E) Da Demanda: 1 - Demanda reprimida da Saúde que justifique a construção desse espaço; 2 - Porcentagem beneficiada da Demanda Reprimida;
003311	Qual o benefício da construção?
003503	C) Das Aprovações: 1 - Aprovação do Corpo de Bombeiros: Código e Data; 2 - Aprovação da Vigilância Sanitária: Código e Data; 3 - Aprovação do projeto de construção: código e data.
003532	E) Da Demanda: 1 - Demanda reprimida que justifique a construção desse espaço nesse local;

Situação Registro Ativo